

A FILOLOGIA E O ESTUDO HISTÓRICO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Eliana Correia Brandão Gonçalves (UFBA)

elianabrand7@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar breves reflexões sobre a importância da Filologia para o desenvolvimento de pesquisas linguísticas, no âmbito histórico-diacrônico, destacando a práxis filológica como meio para constituição de *corpus* linguístico para o estudo crítico, investigativo e histórico das línguas românicas. Vale ressaltar que a Filologia é uma disciplina com enfoque histórico, cultural e memorialista, que promove uma articulação dialógica com a Linguística Histórica, a Paleografia e outras áreas do saber, utilizando-se também da língua como um meio para desenvolver o estudo, a análise, a interpretação e a restituição de seu objeto de estudo, o texto. Assim, o trabalho de mediação do editor é crucial para o desenvolvimento de uma análise mais consistente de dados da história e da memória da língua alicerçadas no texto. Dessa forma, a partir das considerações apresentadas por Cano Aguilar (2000), Pons Rodríguez (2006), Mattos e Silva (2008), Maia (2012), Bassetto (2005), Ilari (2018), entre outros teóricos, enfatizaremos a relevância de uma base filológica consistente para o pesquisador que pretenda tomar por base os textos, levando-o a refletir sobre a importância das edições com um cuidado filológico para o estudo histórico das línguas românicas.

Palavras-chave:

Filologia. Línguas românicas. Linguística Histórica. História das línguas.

1. *Palavras iniciais*

O presente trabalho tem por objetivo apresentar breves reflexões sobre a importância da Filologia para o desenvolvimento de pesquisas linguísticas, no âmbito histórico-diacrônico, considerando a práxis filológica como meio para constituição de *corpora* linguísticos para o estudo crítico, investigativo e histórico das línguas românicas. Vale ressaltar que a Filologia é uma disciplina com enfoque histórico, cultural e memorialista, que promove uma articulação dialógica com a Linguística Histórica, a Paleografia, a Diplomática, a Historiografia, entre outras áreas do saber, utilizando-se também da língua como um meio para desenvolver o estudo, a análise, a interpretação e a restituição de seu objeto de estudo, o texto.

Assim, o trabalho de mediação do editor é crucial para o desenvolvimento de uma análise mais consistente de dados da história e da memória da língua alicerçada no texto. Dessa forma, a partir das conside-

rações apresentadas por Cano Aguilar (2000), Pons Rodríguez (2006), Mattos e Silva (2008), Maia (2012), Bassetto (2005), Ilari (2018), entre outros teóricos, enfatizaremos a relevância de uma base filológica consistente para o pesquisador que pretenda tomar por base os textos, levando-o a refletir sobre a importância das edições com um cuidado filológico para o estudo histórico das línguas românicas.

Nesse viés, lembramos a importância sobre a discussão desenvolvida pelos estudos filológicos para a leitura crítico-reflexiva sobre as línguas que derivaram do latim, visto ser o texto um objeto material, cultural, histórico e linguístico, que registra os rastros das práticas discursivas dos sujeitos. Portanto, o trabalho de mediação do editor é crucial para o desenvolvimento de uma análise mais consistente de dados da história e da memória da língua alicerçadas no texto. Nesse contexto, é preciso também problematizar as possibilidades de leituras da Filologia em sua luta, que vem se somar a tantas outras, contra o apagamento da história e da memória dos textos e das línguas. Cabe então questionar de que forma dar o devido espaço de discussão para uma área do saber que tem sido basilar para o desenvolvimento de pesquisas na área de Linguística, Literatura, História, Estudos Culturais, entre outras? Portanto, com a finalidade de nos situarmos sobre o fato de sermos confrontados a respeito do que vem a ser o estudo filológico, teceremos considerações sobre a vinculação da Filologia com o texto e a sua relação com a análise e a interpretação das línguas.

2. *Repensando o papel da Filologia e do filólogo*

Essas questões nos reorientam a voltarmos nossa atenção para uma área lamentavelmente considerada uma atividade “jurássica” para alguns, por estar relacionada à erudição, e para outros uma atividade desenvolvida por aqueles que se agradam apenas do passado e de coisas antigas e empoeiradas, ainda que essas noções atualmente não tenham para nós os mesmos sentidos que tinham em outras épocas, visto que estamos em um tempo histórico marcado pela era digital, em que diversas formas de conhecimento acessíveis se multiplicam na rede.

Seguindo a teia da Filologia, insisto e persisto em refletir sobre essa área do saber muito antiga, e nem por isso esquecida e desnecessária, que, tem por objeto de estudo o texto e, mais propriamente, conforme Auerbach (1972, p. 1), tem por “atividade mais antiga, mais nobre e mais

autêntica”, a Edição Crítica de Textos, com ênfase em seu enfoque historicista, culturalista e memorialista (GONÇALVES, 2017).

Atualmente, apesar das tensões teóricas e metodológicas que envolvem outras disciplinas que também reconhecem o texto como objeto de estudo, reconhece-se a Filologia como a ciência do texto, escrito ou oral, considerando-se as diversas formas de produção e transmissão dos textos - manuscritos, datiloscritos, impressos ou digitais - e suas materialidades, inscrições e discursividades, além de sua relação visceral com a cultura e sua vinculação com a língua, a história e o tempo. Vale lembrar que o grande problema, por vezes, em se reconhecer o texto como objeto de estudo da Filologia se dá pela dificuldade de conceituar texto. Segundo Pons Rodríguez (2006, p. 11), deve-se propriamente ao fato de que “el texto es un concepto movedido: los testimonios reflejan estados varios de la recepción (...) hay una cadena de transmisión que va desde el primer copista o el corrector de imprenta al editor actual (...)”.¹⁹ Mas mesmo diante dessas questões, assertivamente diversas teóricos e pesquisadores reconhecem o texto como objeto de estudo crítico, cultural, linguístico e discursivo do filólogo, ressaltando-se também a relevância da recuperação dos textos, com fonte de estudo para a história da língua.

Portanto, é preciso reiterar que, no contexto arqueológico da Filologia, desde as suas origens, na Antiguidade, a atividade filológica não se distanciou da exegese crítica, histórica e cultural do texto. Por outro lado, reconhecemos que noções como filologia, filólogo e texto podem trazer acepções por vezes amplas, a depender da época e do contexto em análise. Historicamente, o conceito de filólogo passou por várias ampliações semânticas e segundo Bassetto (2005), durante vários séculos, por exemplo, o referido conceito esteve ligado à acepção de amizade, filólogo como amigo das palavras, e de sabedoria, o filólogo eclético, indivíduo que possui vasta cultura. Mas mudaram-se historicamente os conceitos de língua, cultura e história e a Filologia acompanhou essas mudanças conceituais, teóricas e epistemológicas e, conseqüentemente, o filólogo vai se metamorfoseando e incorporando essas mudanças, ainda que sua práxis continue híbrida.

Nesse viés, em sua prática teórico-metodológica, o filólogo ocupa-se tanto do desenvolvimento de produções editoriais, por meio dos vá-

¹⁹ Tradução livre: o texto é um conceito movedido: os testemunhos refletem estados vários da recepção (...) há uma cadeia de transmissão que vai desde o primeiro copista ou o corretor de imprensa ao editor atual (...).

rios tipos de edição, quanto da produção crítica, por meio dos diversos estudos crítico-filológicos do texto, entre os quais o estudo linguístico em uma perspectiva histórico-social e comparativa. Assim, é possível considerar que o fazer filológico também articula a reflexão crítica entre os textos e os usos linguísticos, que se alteram ao longo do tempo, dos espaços e dos contextos.

Assim, consideramos a existência de diferentes propostas de práxis filológica que podem ser mediadas pelo labor editorial e pelo estudo linguístico de textos de diversas épocas, sendo-se, portanto, necessário atentar para a análise dos contextos de produção, circulação e recepção dos textos e para a reconstrução e a reavaliação das narrativas históricas, sociais, políticas e discursivas registradas nas textualidades.

Compreende-se então o texto como objeto cultural, que recompõe a história e os resíduos da memória cultural dos sujeitos e a atuação dessas memórias como arquivo (RICOEUR, 2007; GINZBURG, 1990). Essas interlocuções nos fazem lembrar que o filólogo é um leitor a-histórico e, portanto, precisa ler o texto de acordo com o seu tempo. Dessa forma, ser filólogo consiste em reinterpretar, reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é desconfiar, destronar as verdades que se insinuam no texto.

A tarefa de editar torna-se então crucial para qualquer pesquisa com o texto, incluindo a pesquisa linguística, visto que a prática editorial pode ser pensada não apenas como um apropriar-se do seu objeto de estudo, o texto, mas uma ação de distinguir, mediar e articular “às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições”. É imprescindível que os textos sejam “respeitados, editados e compreendidos” na sua diversidade histórica e cultural, em suas várias identidades textuais e discursivas reconhecidas pelos “leitores ou ouvintes”, por meio dos testemunhos textuais (CHARTIER, 2007, p. 13-4; MACKENZIE, 2005 [1986]).

Rememoramos que, no contexto nietzschiano da cultura alemã, o filólogo não era apenas aquele que estudava os textos e suas respectivas línguas escritas, mas também aquele que por meio delas lidava com registros das narrativas das comunidades. (GONÇALVES, 2017) Nessa perspectiva, a captura do tecido textual por parte filólogo contemporâneo evidencia os processos de significação que permeiam os textos e suas tensões.

Em seu percurso, o filólogo como sujeito nômade sabe que o texto é um lugar de tensões e contestações e não apenas um registro e que trabalhar com a relação entre texto, língua e cultura é “trabalhar numa área de deslocamento”. (HALL, 2003, p. 210-11; GONÇALVES, 2017) E comprometido com uma proposta de modos de leituras inclusivos, flexíveis e interpretativos, o filólogo tenta não apagar a memória linguística e discursiva desses textos, mas busca escavá-la, a partir do texto-documento, deixando e consignando os rastros e pistas pelo aparato das variantes, textuais e autorais, e por meio de estudos linguísticos, interdisciplinares e dos contextos e dos modos de produção, de circulação e de recepção, que são disponibilizados juntamente com a edição do texto-documento propriamente dito, viabilizando a possibilidade de que o sujeito/público-leitor, ao seguir esse percurso, possa fazer suas próprias leituras (GONÇALVES, 2017; 2018).

E, diante de seu objeto teórico e de estudo, o texto, a filóloga híbrida, proponente, mediadora e leitora, que aqui me reconheço e celebro, apresenta uma práxis mediada pela democratização dos textos por meio da edição e pela leitura interventiva, crítica e histórica dos textos e das línguas, por conta da sua prática identitária e nômade que se motiva não apenas pela busca pelos dos testemunhos textuais, mas também pelo cruzamento de fronteiras e pela combinação e articulação entre atividade editorial e crítica filológica-lingüística dos textos.

3. *A Filologia: o texto e as cicatrizes da memória*

Sabemos que na contemporaneidade a cultura escrita vivência um momento de mutação em que o homem tem criado novas formas de preservação da sua memória, abrindo espaço, por exemplo, para que o leitor, especializado ou não, seja de certa forma co-participante na leitura, na decifração, na interpretação e na edição de um texto.

É também notório em nosso presente que nem sempre os sujeitos são ou estão conscientes da importância do passado e principalmente do passado histórico, visto que a prioridade, por vezes, é atribuída apenas aos fatos do presente, como se nossa história fosse marcada apenas pelo presente e como se os nossos discursos, nossas ações, nossos contextos representassem apenas um ponto e não o curso. Esta concepção pode ser observada por vezes em alguns discursos por partes daqueles que desconhecem a atividade filológica, em toda sua amplitude e completude, inclusive por não atentarem de imediato para a relação presente e passado.

Não defendemos uma posição saudosista do passado, mas reconhecemos que somos frutos do nosso passado, em todos os aspectos étnicos, políticos, sociais, culturais e linguísticos, e, por esse motivo, desconsiderar a relação presente-passado é negar a nossa própria história. E, desse modo, o trabalho efetuado pela práxis filológica resgata os vestígios da memória histórica e discursiva que podem ser rastreados pela materialidade textual, pois a Filologia “é presente, sem dúvida, mas presente vinculado ao passado, presente que aflora como ponta de lança do passado a varar o futuro (...) (ELIA, 1979, p. XX)”.

Para o pesquisador de Letras e áreas afins, a escolha do tipo de edição a ser utilizada é crucial, principalmente para análises linguísticas que contemplem caracteres da língua de épocas pretéritas. Assim, caberia a indagação do tipo de texto que estamos trabalhando, a confiabilidade dos mesmos, se queremos preservar as marcas históricas que resgatam as etapas linguísticas pretéritas e os vestígios da história e da memória, que se traduzem em mudanças. Agora, imaginemos se as nossas análises e interpretações teóricas e metodológicas estiverem embasadas em edições de textos não adequadas e funcionais? A leitura do texto e do discurso poderia ser equivocada e as nossas reflexões poderiam se tornar infundadas, pois os dados da pesquisa foram retirados de textos não avalizados pelo labor filológico, portanto sem uma análise criteriosa das realidades que cercam o texto-documento.

Assim, é vocação da Filologia buscar interpretações das realidades apresentadas pelas versões ou pelas variantes dos textos, até mesmo porque sabemos que a edição a ser apresentada não pode ser cercada pelo dogmatismo, pois a prática editorial é um trabalho de cunho interpretativo e dessa forma negamos a existência de edições definitivas e estáticas. Assim, há questões que devem ser ressaltadas, refletidas e discutidas, na prática filológica, entre as quais: Por que resgatar os textos por meio das edições? Por que manter o que o tempo insiste em destruir e apagar? Por outro lado, por que o presente nos interroga acerca do nosso passado? Tantas perguntas e tantas respostas possíveis talvez se justifiquem pelo fato de termos, na história das transmissões textuais, relatos constantes do desaparecimento de fontes documentais importantes para o conhecimento da nossa realidade histórica que foram, ao longo do tempo, apagadas, silenciadas, aprisionadas nos arquivos públicos ou privados, ou até mesmo esquecidas, por vezes fragmentadas e dispersas (GONÇALVES, 2015).

4. *Filologia e Linguística Histórica*

É inegável a importância da Filologia para o estudo da história das línguas românicas em suas fases pretéritas e atuais, refletindo as marcas de variação da língua na época, a partir da edição de textos que se constituem como fontes confiáveis. Neste caso, a edição preferível para uso linguístico será aquela que mantém os caracteres do texto, sem modernização, mantendo com fidedignidade, por exemplo, a grafia, dado relevante para o estudo dos textos escritos no período medieval e caracteres próprios dos vários níveis de análise linguística, visto que para a reconstituição do passado linguístico é crucial a seleção quantitativa de *corpora* que testemunhem o passado da língua, em suas etapas sincrônicas, com fidedignidade e de forma satisfatória (MATTOS E SILVA, 2008; MAIA, 2012).

E, particularmente, os pesquisadores da língua, considerando os diversos planos linguísticos, vão depender do que os textos o dizem, para desenvolver o seu trabalho e para fazer afirmações sobre soluções linguísticas, que seus produtores escolheram e pelas que deixaram de escolher. Os textos “falam”, eles são indiretamente nossos falantes, pois representam a língua de quem os escreveram (PONS RODRÍGUEZ, 2006), de nossos informantes (falantes) pretéritos já desaparecidos. Dessa forma, nossa construção crítica deve estar baseada e pautada neles, pois eles são nossas fontes. Portanto, consideramos que a história da língua é a história dos fenômenos mostrados pelos textos. Assim, articulando com Pons Rodríguez (2006, p. 9) “es legítimo defender que hacemos, más que historia de la lengua, una historia de la lengua de los textos, un estudio de la historia lingüística de los textos, o, más biem, de sus testimonios²⁰”.

Para Mattos e Silva (2008) e Maia (2012), há a a necessidade da documentação remanescente do passado, para o estudo da variação e da mudança linguística e de edições criteriosas, com a finalidade de servir a estudos linguísticos. Dessa forma, é reiterada a importância da Filologia para o estudo da história das línguas românicas, refletindo as marcas de variação da língua na época, a partir da edição de documentos que se constituem como fonte de pesquisa (CAMBRAIA, 2005; MATTOS E SILVA, 2008; MAIA, 2012).

²⁰ Tradução livre: é legítimo defender que fazemos, mais que história da língua, uma história da língua dos textos, um estudo da história linguística dos textos, ou, melhor, de seus testemunhos.

Esta prática dialética é reiterada por Cano Aguilar (2000) que também destaca a relação de diálogo permanente entre o trabalho da Filologia e da Linguística Histórica. Maia (2012, p. 537) ainda acresce que é necessária uma “consistente infra-estrutura filológica e uma sólida preparação por parte do investigador” nas pesquisas diacrônicas, para avaliar aspectos como a autenticidade, a qualidade dos *corpora* e a variabilidade tipológica dos textos que reflitam as variações e mudanças das línguas. Ressalta ainda que é preciso considerar vários gêneros textuais, logo diversos estilos e estruturas discursivas, asseverando que para a efetivação deste tipo de pesquisa é necessário se desfazer a separação entre duas disciplinas interpretativas, a Filologia, voltada para a interpretação dos textos escritos, e a Linguística, que se direciona para o estudo da linguagem e das línguas; e entre a Filologia e a Linguística Histórica, pois para analisar dados linguísticos fônicos, morfológicos, sintáticos, lexicais, semânticos e pragmáticos de épocas pretéritas e para explicar os processos históricos de mudança linguística, a Linguística Histórica carece de *corpora* registrados nos textos escritos.

Motivado por essas questões, o filólogo busca desvendar o texto de forma dinâmica e esclarecedora e por isso compartilha de uma visão dialética que “concebe o mundo como um diálogo permanente” (MARTINS, 2002, p. 13), através dos diversos tipos de edições e recorrendo a diversos modelos editoriais, possibilitando ao leitor o acesso a outra(s) leitura(s) do(s) texto(s) ou outras formas de interpretar a realidade, a partir do acesso aos lapsos da tradição ou de decisões do(s) sujeito(s)/ escritor(es). Então poder-se-ia pensar que a necessidade de dispor de edições confiáveis e avalizadas pelo trabalho do filólogo será apenas apresentada por parte daqueles que se interessam pelos textos do passado. Mas a realidade nos mostra que os textos literários, antigos ou modernos, os documentos jurídicos ou históricos e os livros didáticos apresentam alterações infundadas que são transmitidas pela tradição textual, manuscrita ou impressa, constituindo-se em questões problemáticas para uma abordagem reflexiva dos textos. A propósito, Tavani (1988, p. 53) destaca:

(...) la necesidad de proceder a la fijación del texto, no se manifiesta exclusivamente en el caso de las obras de los siglos pasados. Muchos de los factores que provocaban entonces alteraciones, modificaciones, degradaciones en la tradición, intervinieron aún en la difusión de los productos literarios (...).³
(TAVANI, 1988, p. 53)

²¹ Tradução livre: a necessidade de proceder à fixação do texto, não se manifesta exclusivamente no caso das obras dos séculos passados. Muitos dos fatores que, então, provo-

Não obstante, é por meio dos usos linguísticos, materializados nos textos, que o sujeito articula as suas vivências e experiências, felizes ou traumáticas, possibilitando ao pesquisador, a partir da análise e interpretação linguística e discursiva, o desenvolvimento de leituras críticas sobre os textos. E, desse modo, no caso do estudo das línguas, em suas fases pretéritas, o falante é impossibilitado de testemunhar, portanto os textos testemunham parte do passado da língua, permitindo a explicação de processos históricos da mudança linguística, por meio dos dados linguísticos registrados nos textos.

5. *Filologia e o estudo histórico das línguas românicas*

Seguindo esse percurso, do estudo histórico-linguístico, consideramos a perspectiva da Linguística Românica, “disciplina de orientação histórica” (ILARI, 2018, p. 23) que se constitui no âmbito da Linguística Histórica. Suas origens científicas estão vinculadas à segunda metade do século XIX, com o nome de Filologia Românica, graças aos trabalhos de Diez, Gramática das Línguas Românicas (1836-1844), e Dicionário Etimológico das Línguas Românicas (1854), que se constituíram em base para a aplicação de método para o tratamento histórico das mudanças das línguas românicas. Para Ilari (2018), Diez confirmou que havia entre as

(...) principais línguas românicas uma relação semelhante à do indo-europeu com o latim, o grego e o sânscrito; aplicando o método comparativo dos indo-europeístas, chegou a algumas teses que são hoje postuladas pela Linguística Românica. (...) Diez se interessou também pelo estudo de narrativas em espanhol antigo; assim, seu trabalho, que tinha orientação paralela ao da Filologia Clássica, criou espaço para uma Filologia Românica, com o duplo aspecto de estudo textual, justificado pelas dificuldades encontradas na leitura dos documentos românicos escritos antes da imprensa e da consolidação das línguas românicas, e de investigação genética das línguas derivadas do latim. (ILARI, 2018, p. 25)

Desatacamos que o método histórico-comparativo é um dos métodos de estudo da Filologia Românica. A partir de base linguístico-comparativa, o método histórico-comparativo em linguística tem suas origens, de forma mais sistemática, em fins do século XVIII com os trabalhos de Bopp, Grimm e, posteriormente, com os trabalhos de Diez. Dessa forma, parte-se da comparação de línguas com origens afins (BASSETO, 2005), considerando-se os níveis de descrição e análise. A

cavam alterações, modificações, degradações na tradição, intervêm ainda na difusão dos produtos literários (...).

abordagem comparativa possibilita ao romanista a reconstrução de formas não atestadas por meio do confronto de formas, que resultam em conjecturas, ou por meio de fontes escritas, provas documentais, localizadas em textos antigos que chegaram até nossos dias. Ainda segundo Ilari (2018):

Comparar é uma tendência natural e uma importante fonte de intuições e de descobertas em todos os campos do conhecimento. Na análise das línguas, a comparação e o confronto levam às vezes ao estabelecimento de tipologias [de línguas] (...), outras vezes à busca de características supostamente inerentes a toda língua humana. (...) Nesses casos a comparação nada tem a ver com genealogia.

Em Linguística Românica, porém, o método comparativo assume tipicamente pressupostos genéticos, de reconstituição. Quando se comparam, por exemplo port. e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere*, fica legitimada a conjectura de que sua origem comum tenha sido uma palavra latina (...). (ILARI, 2018, p. 27-8)

Mas, vale lembrar que a Linguística Românica pode propor diversas explicações para o mesmo fenômeno linguístico, baseando-se em métodos diversificados. Portanto, o romanista pode apresentar posições variadas “ao confrontar os fenômenos próprios das línguas românicas”, (...) “porque naqueles fenômenos aparece uma contínua variedade e porque não há dois estudiosos que apresentem uma idêntica disposição espiritual e idênticas circunstâncias individuais” (VIDOS, 1996, p. 17). Portanto também que é preciso estudar as mudanças que afetam as línguas, considerando o tempo histórico (MATTOS E SILVA, 2008; MAIA, 2012), pois as mudanças linguísticas, a exemplo das que acontecem nas línguas românicas, não são um lapso histórico, um acidente de percurso, mas fazem parte da essência da própria língua, da essência do próprio sujeito que, em ser-sendo mutante, amplia essa mudança para a própria língua, visto que de fato as línguas não mudam sozinhas. Portanto, situar as línguas românicas apenas do ponto de vista linguístico, sem considerar os aspectos políticos, sociais e culturais, por exemplo, seria por em perigo a existência das línguas e dialetos românicos.

Nesse viés, ressaltamos que a família romance é o grupo linguístico mais estudado e analisado pelos pesquisadores, ao longo dos séculos. Mas é preciso atentar para o fato de que na realidade não estudamos diretamente o fato linguístico. Esse estudo se dá de forma indireta pela reconstrução das narrativas (SOUZA, 2006). Derivadas do latim conhecido como latim vulgar, as línguas e dialetos românicos são derivados desse latim falado inicialmente em Roma e que depois foi incorporado pelos falantes das áreas conquistadas pelo Império Romano. Nesse contexto são citadas por Ilari (2018, p. 217), entre as várias línguas românicas

existentes, “o português, o espanhol, o catalão, o francês o italiano e o romeno”. Gauger (1989, p. 24, 16) alarga essa discussão, quando afirma que a função da Romanística é a descrição e a interpretação das línguas românicas, e o seu objeto de estudo não se restringe “às línguas faladas atualmente, mas também outras línguas hoje desaparecidas ou em vias de desaparecimento, como o dalmático (1898), o judeu espanhol da Grécia, Bulgária, Turquia” (...) etc.

Desse modo, ao tratar dos aspectos da mudança das línguas, o linguista Eugenio Coseriu acentua que a língua, enquanto objeto histórico, é marcada pela permanência, mas ao mesmo tempo pela continuidade, pois a língua mantém-se “parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições, [é] o que assegura sua funcionalidade como língua e seu caráter de “objeto histórico”, acrescentando que estudar as mudanças não significa estudar as “alterações” ou “desvios”(…), mas, ao contrário, estudar a consolidação de tradições linguísticas, ou seja, o próprio fazimento das línguas” (COSERIU, 1979, p. 236-9; 93-4). Nesse viés, Mattos e Silva (2008, p. 23) acrescenta ainda que as teorias linguísticas, ao tratarem da mudança linguística, apresentam como “objetivo fundamental não o responder ao porquê e como as línguas mudam, mas como elas [as mudanças] se desencadeiam ontogenicamente no indivíduo e como representar essa possível gramática natural”.

Nesse contexto, vale lembrar que o estudo da mudança decorrente da história de uma língua ou de uma família de línguas, a partir dos textos, demanda alguns problemas decorrentes da própria diversidade teórica de abordagem do fenômeno da mudança, além da ação de observar, descrever e analisar indiretamente os fatos, através da documentação remanescente (FARACO, 2006). Além dessas questões se acrescentam pontos cruciais no estudo da mudança: questões relativas às situações de contato linguístico; fatores de condicionamento, transição e difusão da mudança linguística; e diversidades temporais que dificultam a análise do fenômeno linguístico, decorrentes das diferenças entre o tempo do fato acontecido e do fato analisado (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; SOUZA, 2006).

Portanto, finalizando é preciso promover um retorno à discussão sobre as etapas pretéritas das línguas e estudar as mudanças impressas pelos falantes que reatualizam as línguas e as mudanças em curso, pois compreendemos mudança como movimento, tomando por base os contextos em que as línguas são usadas e conseqüentemente integrando-as às dimensões histórica, sociológica, geográfica, dialetológica, política e dis-

cursiva, sem deixar de considerar os testemunhos possíveis, nesse caso, os textos. Por conseguinte, a exemplo, se pensarmos no âmbito da pesquisa em Linguística Românica, os textos que temos trabalhado são adequados para o desenvolvimento das nossas reflexões sobre o estudo da formação e constituição das línguas românicas? E, como fazer essas escolhas? A esse respeito, Mattos e Silva (2008, p. 13-4), afirma que a Linguística Histórica e conseqüentemente o estudo histórico-diacrônico das línguas, incluindo as línguas românicas, deve se relacionar com o trabalho da ciência do texto, a Filologia, que resgata por meio das edições “a documentação remanescente do passado”, pois “a edição tem de ser feita com o *rigor filológico* e com objetivo claro de servir a estudos linguísticos” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15).

6. *Palavras finais*

Reiteramos mais uma vez, por meio dessas breves considerações, a substancialidade do trabalho filológico para a compreensão dos fatos do presente e do passado da língua, o que nos proporcionará uma visão para além do senso-comum. Portanto, com base em trabalhos de *corpora*, representados pelas edições avalizadas pela prática filológica, é possível evocar dados histórico-diacrônico, políticos, sociais e espaciais, que revelam o processo multissecular de mudança das línguas românicas que são impressas pelo falante em contextos diversos. Dessa forma, é possível desenvolver o estudo das mudanças linguísticas, considerando as diversas teorias e métodos da linguística histórica e comparativa, na contemporaneidade, analisando e interpretando as transformações nas línguas, entre as quais as línguas e dialetos românicos, em seu devir histórico e temporal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. de José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. v. 1 e 2.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANO AGUILAR, Rafael. *Introducción al análisis filológico*. [S.l.]: Castalia, 2000.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. Trad. de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: EDUNESP, 2007.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença/ São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. (Coleção Linguagem, n. 11)

ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro: Técnico, 1988.

GAUGER, HANS-MARTIN. *Introducción a la Linguística Románica*. Vers. esp. de Elizabeth Schaible e José García Álvarez. Madrid: Gredos, 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Id. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. de Federico Carroti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, Eliana C. Brandão. A Paleografia na leitura da documentação histórica sobre a Bahia. In: LOSE, Alicia D.; SOUZA, Arivaldo S. (Orgs.). *Paleografia e suas Interfaces*. 1. ed. Salvador: Memória & Arte: Edufba, 2018, p. 125-142.

GONÇALVES, Eliana C. Brandão. Antiarquivismo. In: *REVEC*: Revista de Estudos da Cultura. set.– dez.: Culturas em Negativo, n. 3, 2015. p. 15-26.

GONÇALVES, Eliana C. Brandão. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. *Revista da Abralin*: Associação Brasileira de Linguística, volume 16, n. 2, p. 191-218, jan./fev./mar./abril de 2017.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG/ Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Contexto, 2018.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. *ROSAE*: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Organizadoras: Tânia Lobo *et al.* Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533 - 542.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. *Entre palavras e coisas*. São Paulo: UNESP, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología de los textos*. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005 [1986].

PONS RODRÍGUEZ, Lola. Introducción: la historia de la lengua y la historia de las transmisiones textuales. In: PONS RODRÍGUEZ, Lola. (Ed.) *Historia de la lengua y crítica textual*. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert, 2006. p. 9-17.

RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Trad. de Alain François [et al.] Campinas: EDUNICAMP, 2007.

SOUZA, Maria Clara Paixão. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, Cláudia; NUNES, José H. (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-48.

TAVANI, Giuseppe. Los textos del siglo XX. IN: *LITTERATURE LATINO-AMERICAINE ET DES CARAIBES DU XX SI ECLE: THEORIE ET PRATIQUE DE L'EDITION CRITIQUE*. Roma: Bulzoni, 1988.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de linguística românica*. Tradução José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

WEINREICH, LABOV, HERZOG. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.